



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo n° 10166.000246/2002-12

Recurso n° 131.973 Voluntário

Matéria PIS

Acórdão n° 202-19.306

Sessão de 04 de setembro de 2008

Recorrente CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A

Recorrida DRJ em Brasilia - DF

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 05 / 01 / 2009
SOLUÇÃO
Eduardo Tolentino da Cruz
Mai. Fls. 01751

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/01/1197 a 31/12/1997

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. DUPLICIDADE
DE LANÇAMENTO. NULIDADE.

É nulo o auto de infração lavrado que exige crédito tributário
constituído e extinto em outro processo administrativo, estando o
fato expressamente atestado pela autoridade administrativa
competente.

Processo anulado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

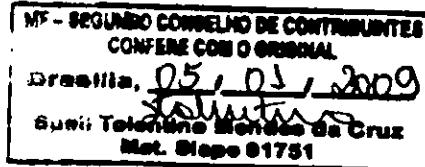
ACORDAM os membros da segunda câmara do segundo conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, em anular o processo *ab initio*.

ANTONIO CARLOS ATULIM

Presidente

MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA

Relatora



CC02/C02
Fls. 169

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Nadja Rodrigues Romero, Antônio Lisboa Cardoso, Antonio Zomer, Domingos de Sá Filho e Maria Teresa Martínez López.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra decisão proferida pela 4ª Turma de Julgamento da DRJ em Brasília - DF.

Informa o relatório da decisão recorrida:

"Vera o presente processo sobre Auto de Infração – Contribuição/PIS de 1997, folha 33, mediante o qual é exigido da interessada supra identificada o crédito tributário no valor total de R\$ [excluído] pelas razões constantes às folhas 34/37.

Cientificada, a contribuinte apresentou impugnação (folhas 01/13), argumentando, basicamente, sobre a nulidade do procedimento fiscal embasando suas ponderações em dispositivos da Constituição Federal, Código do Consumidor, Regulamento do Imposto de Renda e outras normas judiciais. Isto é, tratou, numa síntese apertada sobre:

- a) que o procedimento fiscal trata-se de revisão de lançamento e para tanto não foi intimada;*
- b) que não consta no lançamento as diferenças que embasaram a infração;*
- c) que o auto de infração foi formalizado por processamento eletrônico.*

Às folha 76/77, consta a informação fiscal."

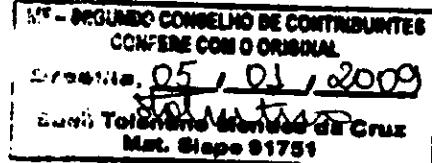
Apreciando as razões de defesa a Turma Julgadora proferiu decisão, consoante a seguinte ementa:

"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ano-calendário: 1997

Ementa: TERMO DE INÍCIO DE LANÇAMENTO E INTIMAÇÃO – A Portaria SRF nº 1.265/99 que estabeleceu normas para a execução de procedimentos fiscais relativos aos tributos e contribuições administrados pela SRF – em seu Art. 11, dispensa a emissão de Mandato de Procedimento Fiscal nas hipóteses de que trata a IN SRF nº 94/97 – Revisão Interna de DCTF, a qual, especifica (Art. 3º, parágrafo único, 'a') que a intimação ao contribuinte será dispensada a juízo do AFRF, se a infração estiver claramente demonstrada e apurada.

INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE DE NORMAS LEGAIS – A instância administrativa não é foro apropriado para discussões desta natureza, pois qualquer discussão sobre a constitucionalidade e/ou ilegalidade de normas jurídicas deve ser



submetida ao crivo do Poder Judiciário que detém, com exclusividade, a prerrogativa dos mecanismos de controle repressivo de constitucionalidade, regulados pela própria Constituição Federal.

PROVAS – A contribuinte para descaracterizar a infração tem que apresentar provas concretas e não cingir-se a simples evasivas com finalidades protelatórias.

Lançamento Procedente”.

Cientificada da decisão em 03/10/2005, a empresa apresentou em 03/11/2005 recurso voluntário a este Eg. Conselho de Contribuintes com as mesmas alegações apresentadas em sede de impugnação, atinentes ao lançamento eletrônico, à duplicidade do lançamento, em face do Processo nº 15374.001961/99-29; nulidade em face da inobservância do art. 149, III, do CTN, do RIR/99, da IN/SRF nº 94/97 e do art. 3º da Lei nº 9.784/99.

Alfim requer o provimento do recurso voluntário para declarar a nulidade e o conseqüente cancelamento do auto de infração em face da não oitiva prévia da contribuinte ou, alternativamente, seja julgado improcedente o auto de infração em face de tratar-se de lançamento efetuado em duplicidade com o auto de infração contido no Processo Administrativo nº 15374.001961/99-29, cujo valor foi recolhido nos termos da Medida Provisória nº 38/2002, estando, portanto, extinto nos termos do art. 156 do CTN.

É o Relatório.

Voto

Conselheira MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA, Relatora

O recurso voluntário é tempestivo e preenche as demais condições necessárias à sua admissibilidade e conhecimento.

Sem adentrar na defesa apresentada pela recorrente, reporto-me aos expedientes de fls. 162, 163 e 164, expedidos, respectivamente, pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro - RJ e pela Delegacia da Receita Federal de Fiscalização no Rio de Janeiro - RJ.

No primeiro encontra-se relatado o fato de que o auto de infração contido no Processo Administrativo nº 15374.001961/99-29, lavrado com suspensão de exigibilidade, teve o crédito tributário extinto pelo pagamento, com aproveitamento, pela recorrente, dos benefícios concedidos pela Medida Provisória nº 38/2002.

Alegou a recorrente a duplicidade de lançamento do crédito tributário em pelo menos dois outros autos de infração eletrônicos, de nºs 243 e 114, cujos processos tiveram origem nas DRF de Brasília - DF e Volta Redonda - RJ, sendo relativos às filiais jurisdicionadas por essas unidades. Diante disso foi o processo acima identificado remetido à unidade de origem – DEFIC/RJO/RJ para esclarecer se o auto de infração lavrado naqueles autos compreendia a matriz e todos os demais estabelecimentos da recorrente, alcançando os lançamentos contidos nos autos de infração nºs 243 e 114, ou se está restrito ao faturamento da matriz.

↓

C

No segundo expediente, a Unidade esclarece que a base de cálculo do auto de infração do PIS no Processo Administrativo nº 15374.001961/99-29 “é composta pelo somatório do faturamento dos meses de março de 1996 a dezembro de 1998 do estabelecimento matriz e de todas as filiais do contribuinte”.

O auto de infração de fl. 33 é o de nº 243, referente ao ano de 1997 e relativo ao estabelecimento filial nº 0209-65.

Dessarte, o crédito tributário contido nestes autos não só encontra-se em duplicidade como também extinto pelo pagamento.

Restando cabalmente demonstrada a duplicidade do lançamento do crédito tributário ora exigido pela sua inclusão em auto de infração lavrado por meio do Processo Administrativo nº 15374.001961/99-29, entendo nulo o processo desde o início.

Com essas considerações, voto por declarar nulo o processo *ab initio*.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 2008.

Maria Cristina Roza da Costa
MARIA CRISTINA ROZA DA COSTA

